



LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PROÍBE CONSTRUÇÕES A MENOS DE 30 METROS DO LAGO

Fiscais multam moradores

ANA HELENA PAIXÃO

DARSE JÚNIOR

DA EQUIPE DO CORREIO

A equipe de fiscalização da Secretaria do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos do Distrito Federal (Semarh) abriu a semana com a primeira ação concreta para reverter 40 anos de ocupação irregular na orla do Lago Paranoá. Os fiscais percorreram o Lago Norte na manhã de ontem e distribuíram multas para os moradores que foram notificados por invadirem Área de Preservação Permanente (APP). Eles tinham até 1º de julho para apresentar um Plano de Recuperação da Área Degradada (Prad) à Semarh. O órgão decidiu começar a cobrar a dívida dos inadimplentes que ignoraram a determinação.

O trabalho teve início no Lago Norte, onde os fiscais lavraram quatro autos de infrações, com aplicação de multas, para os moradores reincidentes. Os valores a serem pagos por eles, no entanto, não foram divulgados. As equipes distribuíram ainda 80 autos de constatação — ou seja, notificação que antecede a multa por dano ambiental. Todos os moradores visitados receberam prazo de 10 dias para se adequarem à legislação antes que as demolições sejam iniciadas.

No início de junho, 84 moradores dos lagos Norte e Sul foram notificados por terem erguido algum tipo de edificação a menos de 30 metros do espelho d'água ou até mesmo dentro do Lago Paranoá. Pier, marina, muro de arrimo, rampa, aterro, garagem para embarcações, churrasqueiras e até ilhas artificiais foram as irregularidades mais graves encontradas na área de proteção ambiental.

De acordo com balanço divulgado ontem pela assessoria de imprensa da Semarh, ao longo de um mês, 54 moradores cumpriram a exigência e apresentaram o plano de recuperação da área degradada. Os técnicos do governo vão analisar os estudos e apresentar recomendações, se for o caso. Quem não procurou a Semarh, permanecendo em situação irregular, começou a ser penalizado ontem.

O secretário de Meio Ambiente

e Recursos Hídricos, Jorge Pinheiro, não quis dar entrevista. Mas, por meio de sua assessoria de imprensa, disse que as derrubadas começarão pelas casas com aterro, cujos donos não procuraram a Semarh no último mês. Pinheiro, ainda de acordo com a assessoria, anunciou que as cercas que impedem o acesso da população à orla serão removidas de imediato, independente da apresentação do plano de compensação ambiental por parte dos moradores.

Mas as ações do governo ainda não foram integradas. Até ontem, nenhuma ordem para desobstruir o acesso ao lago ou para derrubar edificações irregulares havia chegado à Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas (Sefau). “Estamos aguardando o relatório das irregularidades, que será encaminhado pela Semarh, para analisar o que é preciso fazer para preservar a orla do lago”, explicou o secretário de Fiscalização, coronel Almir Maia, que assumiu o comando da pasta ontem.

Inicialmente, a Semarh havia se comprometido a enviar o relatório na última sexta-feira. Mas a troca no comando da Sefau adiou a entrega. Por fim, ficou acertado que o documento seria protocolado na segunda-feira. Mas isso não ocorreu. “Não recebi nada”, garante Maia. A assessoria do secretário Jorge Pinheiro não se pronunciou sobre essa questão.

Na semana passada, a Semarh e a Subsecretaria de Vigilância Preservação e Conservação de Mananciais do DF (Siv-Água) tiveram posições divergentes. Na quinta-feira, Jorge Pinheiro declarou irregular a operação realizada pelo Siv-Água na Colônia Agrícola Águas Claras três dias antes. No domingo, o governador Joaquim Roriz decidiu intervir: além de desautorizar Pinheiro, determinou que as ações a partir de agora sejam integradas. “Todos os órgãos envolvidos com a fiscalização devem se reunir nos próximos dias para discutir as próximas ações”, garantiu o porta-voz do Governo do Distrito Federal, Paulo Fona.

LEIA MAIS SOBRE OPERAÇÕES NA ORLA DO LAGO NA

PÁGINA 22